

economia



desvendando a economia

economia@dgabc.com.br

Uma reflexão sobre os impostos que pagamos

Estamos em abril e daqui a poucas semanas termina o prazo para pessoas físicas declararem os rendimentos recebidos ao longo do ano anterior, com a finalidade de apurar se devem restituir parte do Imposto de Renda pago em 2021 ou se há algum valor a ser desembolsado ainda.

Inevitavelmente, por ser este o principal imposto direto pago pelas pessoas físicas, cada um de nós percebe com clareza o quanto contribuímos com a taxaço – diferentemente do que ocorre com tributos indiretos, que compõem a maior parte da arrecadação tributária, mas estão embutidos nos preços de bens e serviços.

Inevitavelmente este período nos leva a refletir sobre a destinação dos impostos, para o que efetivamente estão sendo utilizados, com qual eficiência etc. Em linhas gerais, a arrecadação de impostos, incluindo o imposto sobre a renda, é o principal mecanismo de financiamento de ações realizadas pelo Estado.

Aqui poderíamos elencar várias demandas da sociedade e que são atendidas pelo Estado. Em geral, o setor privado é atraído para investir em áreas nas quais demandas são mais facilmente mensuráveis, dado que individualização do benefício gerado pelo bem ou serviço prestado é mais clara, o que traz maior viabilidade de monetização e comercialização dos mesmos.

Entretanto, há vários serviços para os quais não é tão simples apurar a demanda real, entre outros fatores, pelo fato de não se conseguir individualizar o benefício gerado pelos mesmos. Isso vai tornar sua oferta e comercialização pelo setor privado menos atraentes e eficientes. São exemplos destes casos os serviços de urbanização, segurança, infraestrutura de saneamento, ordenamento jurídico e promoção da justiça, entre outros, que denominamos bens públicos. Na mesma linha, especialmente pelo potencial de benefícios sociais que podem gerar, entram os serviços e saúde e de educação.

Temos que reconhecer que os agentes econômicos, sejam pessoas físicas ou jurídicas, demandam volume bastante grande de serviços que são providos pelo Estado. Para tanto, há custos que precisam ser assumidos para se conseguir colocar os bens públicos à disposição da sociedade. Em suma, de forma muito resumida, é para isso que pagamos impostos.

Isso não deve, de maneira alguma, nos afastar das discussões e cobranças sobre a eficiência na destinação dos recursos públicos e na execução dos serviços providos à população.

Quando não percebemos que os impostos pagos estão sendo devolvidos na forma de serviços públicos satisfatórios, inevitavelmente, não sem razão, avaliamos que os impostos pagos são excessivos. Aqui, por incrível que pareça, vale ressaltar que não temos a noção de quanto pagamos de impostos individualmente, dado que a maior parte da arrecadação se dá por tributos indiretos.

A maior eficiência na prestação do serviço público deve ser pautada, entre outros, pela melhor qualidade dos mesmos. No Brasil, a discussão do tema tem se pautado unicamente sobre os custos agregados do serviço público, sem considerarmos as especificidades de um País continental e uma ampla diversidade regional. Essa característica torna as comparações lineares com países de realidades diferentes pouco enriquecedoras ao debate. A prestação de serviço público em um país pequeno e de elevada renda *per capita* tem desafios amplamente diferentes quando se está em um País enorme e com renda *per capita* pequena.

Desafios à parte, a realidade do Brasil exige, no mínimo, melhores critérios para priorizar as ações a serem realizadas, maior impessoalidade e defesa do interesse coletivo, e ampliação dos parâmetros técnicos para tomada de decisão, nas diferentes áreas.

Certamente este é um tema no qual não há consenso. Nem foi minha intenção tentar buscá-lo. Contudo, espero ter provocado o leitor à reflexão.

Material produzido por Sandro Renato Maskio, coordenador de Estudos do Observatório Econômico e professor do curso de ciências econômicas da Universidade Metodista de São Paulo.

FICA NO FLAMENGO

Rodolfo Landim desiste de assumir conselho da Petrobras

O empresário Rodolfo Landim, presidente do Flamengo, anunciou que abriu mão do cargo de presidente do conselho de administração da Petrobras, para o qual foi indicado pelo governo Ministério de Minas e Energia.

Em nota publicada ontem, Landim se dirige ao torcedor

flamenguista e afirma que, “apesar do tamanho e da importância da Petrobras para o nosso País, e da enorme honra em exercer este cargo”, resolveu abrir mão da indicação e concentrar-se no Flamengo. O time perdeu no sábado o título do Campeonato Carioca para o Fluminense.

O presidente do clube carioca informou que encaminhou para o ministro Bento Albuquerque um documento em que informa a decisão. Landim havia sido indicado para o cargo em 28 de março.

(do Estadão Conteúdo)

INSS começa a pagar o 13º dos aposentados

Segurados que ganham um salário mínimo recebem a primeira parcela a partir do dia 25

CAIO PRATES

do Portal Previdência Total

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) começa a pagar no dia 25 a primeira parcela do 13º salário para aposentados e pensionistas. O pagamento foi antecipado novamente neste ano por um decreto do Governo Federal publicado no dia 18 de março.

Para os segurados que recebem até um salário mínimo, o depósito da antecipação será feito entre os dias 25 de abril e 6 de maio, de acordo com o número final do benefício, sem levar em conta o dígito verificador. Já a segunda parcela será paga entre 25 de maio e 7 de junho.

Segurados com renda mensal acima do salário mínimo terão seus pagamentos da primeira parcela do abo-

no creditados entre os dias 2 e 6 de maio. A segunda parcela será creditada entre 1º e 7 de junho.

Segundo especialistas de direito previdenciário, o abono um direito social importante, com previsão legal e constitucional. A Constituição Federal prevê que o 13º dos aposentados e pensionistas deve ser pago com base no valor integral dos benefícios ou aposentadoria recebida pelos beneficiários durante o ano, considerando o valor dos proventos do mês de dezembro e deverão ser pagos até o fim do ano.

O 13º dos aposentados e pensionistas é calculado da mesma forma que o dos demais trabalhadores. “O 13º salário corresponde ao valor da renda mensal do benefício que o segurado deverá receber em dezembro ou no mês que o benefício foi ces-

sado. Se o segurado recebeu benefício no ano inteiro, o valor da gratificação salário será correspondente ao valor da renda mensal cheio. Porém, se recebeu o benefício por período inferior a 12 meses, o valor será calculado na forma proporcional à quantidade de meses recebidos”, orienta o advogado João Badari, sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados.

Os especialistas ressaltam que, para ter direito a gratificação, o segurado do INSS deve ter recebido durante o ano os seguintes benefícios: auxílio-doença; auxílio-acidente; salário-maternidade; aposentadoria de qualquer natureza e pensão por morte.

“Ao contrário do 13º salário dos demais trabalhadores que é concedido apenas aos que estejam empregados,

dos, o abono anual é devido aos segurados da Previdência Social que tenham recebido qualquer um dos benefícios, inclusive para segurado avulso, autônomo, equiparado a autônomo, empresário e facultativo”, alerta o advogado previdenciário Celso Joaquim Jorgetti, sócio da Advocacia Jorgetti.

Os especialistas destacam que podem haver diferenças no valor das parcelas. “A diferença pode se dar se há incidência do Imposto de Renda sobre o valor do benefício. Nesse caso, o imposto é todo descontado na segunda parcela, porque a primeira é apenas um adiantamento”, aponta Badari

De acordo com Celso Jorgetti, não recebem o abono anual os segurados que recebem amparo assistencial ao idoso e ao deficiente (BPC-Loas), renda mensal vitalícia, amparo previdenciário rural, auxílio-suplementar por acidente de trabalho, abono de permanência em serviço, pensão decorrente da síndrome de Talidomida, servidor aposentado pela autarquia empregadora e salário-família. Em caso de dúvidas, o aposentado ou pensionista deve se dirigir a uma agência da Previdência Social ou ligar para o órgão no telefone 135.

João Badari recomenda que o segurado “sempre deve conferir os valores depositados, tanto o adiantamento, como a parcela final. E em caso de problemas, procure o INSS tão logo perceba qualquer problema em relação aos depósitos, seja por valor menor ou pela ausência de pagamento. E, se persistir o equívoco, recorrer ao Poder Judiciário”.

Golpistas simulam atendente virtual

Novo golpe na praça. Golpistas estão se passando por uma suposta ‘central de atendimento’ e se aproveitando da imagem da Helô, assistente virtual do INSS, para tentar obter dados pessoais dos beneficiários. As abordagens têm ocorrido por mensagem de celular (WhatsApp).

Os criminosos têm algumas informações dos segurados e ainda fornecem número de protocolo para passarem credibilidade e obterem mais dados.

O INSS orienta a todos para que, caso recebam esse tipo de contato, blo-

queiem imediatamente e não forneçam nenhuma informação como dados pessoais, fotos ou documentos.

A Helô é um plantão de dúvidas que pode ser acessada apenas pelo Meu INSS e nunca busca o segurado pelo WhatsApp para ‘conversar’.

Para evitar cair nesse tipo de golpe, é importante manter sempre atualizados os seus dados de contato, como telefone, e-mail e endereço. Isso deve ser feito pelo Meu INSS ou pelo telefone 135.

O INSS nunca entra em contato direto com a pes-

soa para solicitar dados, nem pede o envio de fotos de documentos. Caso alguém faça qualquer comunicação pedindo dados ou fotos em nome do INSS, não atenda a solicitação, desligue a ligação e bloqueie o contato.

O número do SMS usado pelo INSS para informar os cidadãos é 280-41. O INSS nunca manda links nem pede documentos pelo SMS. Sempre que o INSS convoca o cidadão para apresentar documentos, essa convocação fica registrada no Meu INSS e pode ser verificada também pelo telefone 135. (da ABR)

NESTA SEMANA

Cidades da região oferecem mais de 660 vagas de emprego

São Caetano reúne 272 oportunidades; Mauá e Diadema têm postos de trabalho para PCDs

THAINÁ LANA

thainalana@dgabc.com.br

As centrais públicas de trabalho do Grande ABC oferecem nesta semana 666 vagas de emprego, sendo que 40% das oportunidades estão concentradas em São Caetano, com 272 no total. As funções com mais oportunidades são: estagiário ensino médio (30), ajudante geral (23), auxiliar de cozinha (oito) e auxiliar de limpeza (dez). As vagas podem ser acessadas no Portal do Emprego da cidade (portaldoemprego.sao-caetanodosul.sp.gov.br).

Os municípios interessados em recolocação profissional podem comparecer ao

CPTR (Centro Público de Trabalho e Renda) de Mauá, localizado na Rua Jundiá, 63, bairro da Matriz, para se candidatar e concorrer a um novo emprego. Atualmente o painel da unidade conta com 114 vagas, e entre as funções disponíveis no momento estão: ajudante geral em pizzeria, auxiliar administrativo, auxiliar de enfermagem para PCDs (pessoas com deficiência), entre outras. As vagas são para trabalhar em empresas da cidade e de Santo André.

O PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador) de Rio Grande da Serra disponibiliza nesta semana 108 oportunidades. Já São Ber-



CHANCE. Maior número de vagas está em São Caetano, com 272

nardo, por meio da CTR (Central de Trabalho e Renda), oferece 63 vagas, enquanto em Ribeirão Pires são ofertadas 61 oportunidades. Para se candidatar, o interessado deve comparecer às dependências do Atende Fácil, localizado na Avenida Capitão José Gallo, 55 – Centro. O horário de funcionamento é, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 16h. Informações são pe-

lo telefone 4824-4282. Diadema conta com ao menos 30 oportunidades para todos os níveis, incluindo oportunidades para PCDs, no Centro Público de Emprego e Renda. Para acesso às vagas, basta acessar o site (www.emprega.diadema.sp.gov.br). Em Santo André são 18 postos de trabalho e as vagas podem ser conferidas pelo aplicativo do Sinefacil.

INDICADORES ECONÔMICOS	COTAÇÕES DO DÓLAR - (R\$/US\$)			
	DATA	COMERCIAL	TURISMO	
		COMPRA VENDA	COMPRA VENDA	
	1º/4	4,6668 4,6673	4,6730 4,8370	Fonte: Estado Conteúdo

BOLSA DE VALORES		
MERCADOS	FECHAMENTO	
	1º/ABR/22	VARIACÃO
Bovespa	121.570,15	+1,31%
Dow Jones/NY	34.818,27	+0,4%
Nasdaq	14.262,00	+0,29%
S&P Merval	92.390,98	+1,57%

Fontes: Estado Conteúdo e bolsas de valores

